

TABELA 2.8

Distribuição das posições e segmentos de classe entre os empregados de empreendimentos não agrícolas do setor privado, segundo a quantidade de pessoas ocupadas - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	Quantidade de pessoas ocupadas				
	Duas	Três a cinco	Seis a dez	Onze ou mais	
Gerentes/supervisores credenciados	4.755 (1,6)	15.861 (5,4)	15.453 (5,3)	255.235 (87,6)	
Gerentes/supervisores não credenciados	45.343 (3,9)	97.913 (8,5)	129.910 (11,3)	878.438 (76,3)	
Empregados especialistas	19.360 (3,5)	37.016 (6,7)	53.053 (9,6)	443.289 (80,2)	
Trabalhadores qualificados	67.459 (4,8)	156.588 (11,4)	164.911 (12,0)	986.860 (71,7)	
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	1.622.205 (9,9)	3.047.673 (18,5)	2.402.020 (14,6)	9.393.362 (57,0)	
Trabalhadores não manuais de rotina	201.164 (6,6)	470.861 (15,6)	473.342 (15,6)	1.880.077 (62,1)	
Trabalhadores não manuais mais graduados	22.301 (3,1)	76.388 (10,7)	74.790 (10,5)	540.595 (75,7)	
Trabalhadores manuais agrícolas (*)	10.223 (3,1)	18.459 (14,6)	13.209 (10,4)	84.708 (66,9)	
T O T A L	1.992.810 (8,4)	3.920.759 (16,5)	3.326.688 (14,0)	14.462.364 (61,0)	

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses

(*) A PNAD não levanta o número de pessoas ocupadas para os empregados em *empreendimentos do ramo agrícola*, mas, como na caracterização dos trabalhadores manuais agrícolas se considerou a natureza da *ocupação* e não o setor do empreendimento, aparecem alguns poucos casos.

TABELA 2.9

Distribuição das posições e segmentos de classe, segundo o setor do emprego (privado ou público) e área do setor público - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	Setor do emprego		Área do emprego público		
	Privado	Público	Federal	Estadual	Municipal
Gerentes/supervisores credenciados	291.304 (56,9)	220.552 (43,1)	68.945 (31,3)	106.370 (48,2)	45.237 (20,5)
Gerentes/supervisores não credenciados	1.152.723 (76,7)	350.607 (23,3)	70.751 (20,2)	135.632 (38,7)	144.224 (41,1)
Empregados especialistas	552.718 (49,1)	573.310 (50,9)	152.916 (31,6)	234.611 (48,5)	96.416 (19,9)
Trabalhadores qualificados	1.376.524 (56,8)	1.047.912 (43,2)	132.153 (12,6)	670.808 (64,0)	244.951 (23,4)
Trabalhadores manuais da indústria e dos serviços	16.478.889 (84,3)	3.075.608 (15,7)	557.996 (18,1)	1.096.989 (35,7)	1.420.623 (46,2)
Trabalhadores não manuais de rotina	3.026.287 (59,5)	2.059.812 (40,5)	276.107 (13,4)	863.183 (41,9)	920.552 (44,7)
Trabalhadores não manuais mais graduados	714.318 (59,6)	483.798 (40,4)	174.592 (36,1)	227.875 (47,1)	81.331 (16,8)
Trabalhadores manuais agrícolas (*)	126.599 (81,8)	28.255 (18,2)	2.194 (7,8)	4.535 (16,1)	21.526 (76,2)
T O T A L	23.719.362 (75,2)	7.839.854 (24,8)	1.468.336 (18,7)	3.385.154 (43,2)	2.986.364 (38,1)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Entre parênteses são apresentadas as percentagens separadas para o setor do emprego e a área do emprego público.

(*) A PNAD não levanta dados sobre o setor e a área do emprego para os empregados em *empreendimentos do ramo agrícola*, mas, como na caracterização dos trabalhadores manuais agrícolas se considerou a natureza da *ocupação* e não o setor do empreendimento, aparecem alguns poucos casos.

TABELA 2.10

Distribuição dos empreendimentos de capitalistas, pequenos empregadores e conta-próprias agrícolas, segundo os grupos de áreas em hectares - Brasil, 1996

Áreas dos empreendimentos em hectares	Capitalistas	Pequenos empregadores mais capitalizados	Pequenos empregadores menos capitalizados	Conta-próprias agrícolas
1 ou menos	-	316 (0,6)	8.956 (2,7)	739.926 (19,9)
mais de 1 a 2	-	844 (1,5)	14.022 (4,2)	494.764 (13,3)
mais de 2 a 5	-	1.441 (2,6)	34.232 (10,2)	715.047 (19,2)
mais de 5 a 10	-	1.099 (2,0)	28.191 (8,4)	461.386 (12,4)
mais de 10 a 25	-	4.005 (7,2)	45.098 (13,4)	585.262 (15,7)
mais de 25 a 50	315 (2,2)	2.249 (4,0)	51.917 (15,4)	317.398 (8,5)
mais de 50 a 100	1.572 (11,1)	6.466 (11,6)	52.354 (15,5)	205.770 (5,5)
mais de 100 a 200	2.547 (17,9)	8.942 (16,1)	35.429 (10,5)	106.904 (2,9)
mais de 200 a 500	2.716 (19,1)	12.810 (23,0)	34.029 (10,1)	55.981 (1,5)
mais de 500	7.059 (49,7)	17.457 (31,4)	32.444 (9,6)	43.887 (1,2)
T O T A L	14.209 (100,0)	55.629 (100,0)	336.682 (100,0)	3.726.325 (100,0)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses

TABELA 2.11

Distribuição das formas de apropriação da terra entre capitalistas, pequenos empregadores e conta-próprias agrícolas - Brasil, 1996

Forma de apropriação da terra	Capitalistas	Pequenos empregadores menos capitalizados	Pequenos empregadores mais capitalizados	Conta-próprias agrícolas
Parceiro	574 (3,7)	17.393 (4,9)	1.125 (2,0)	513.742 (12,2)
Arrendatário	315 (2,1)	14.351 (4,1)	2.558 (4,5)	362.337 (8,6)
Possuidor	-	2.130 (0,6)	-	143.556 (3,4)
Cessionário	-	1.063 (3,1)	598 (1,1)	587.042 (13,9)
Proprietário	14.459 (94,2)	306.645 (86,7)	50.683 (89,5)	2.548.208 (60,3)
Outra condição	-	1.971 (0,6)	1.689 (3,0)	71.372 (1,7)
T O T A L	15.348 (100,0)	353.553 (100,0)	56.653 (100,0)	4.226.257 (100,0)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses

TABELA 2.12

Distribuição da ocorrência e do destino da venda de parte da produção principal entre capitalistas, pequenos empregadores e conta-próprias agrícolas - Brasil, 1996

Venda no ano de parte da produção principal	Capitalistas	Pequenos empregadores menos capitalizados	Pequenos empregadores mais capitalizados	Conta-próprias
OCORRÊNCIA				
<i>Sim</i>	14.608 (95,2)	306.341 (86,6)	51.415 (91,0)	3.275.781 (77,5)
<i>Não</i>	740 (4,8)	47.212 (13,4)	5.025 (9,0)	950.476 (22,5)
COMPRADOR:				
<i>Empresa</i>	7.278 (49,8)	67.060 (21,9)	23.481 (45,7)	412.630 (12,6)
<i>Cooperativa</i>	2.356 (16,1)	49.047 (16,0)	7.415 (14,4)	317.514 (9,7)
<i>Governo</i>	315 (2,2)	-	316 (0,6)	3.904 (0,1)
<i>Proprietário do bem utilizado</i>	-	3.743 (1,2)	-	18.275 (0,6)
<i>Intermediário particular</i>	4.344 (29,7)	160.569 (52,4)	17.196 (33,4)	1.920.386 (58,7)
<i>Consumidor direto</i>	315 (2,2)	23.900 (7,8)	2.795 (5,4)	580.057 (17,7)
<i>Outro comprador</i>	-	2.052 (0,7)	212 (0,4)	21.268 (0,6)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses e separadas por ocorrência e comprador

TABELA 2.13

Distribuição dos conta-próprias agrícolas conforme os grupos de áreas dos empreendimentos, por forma de apropriação da terra - Brasil, 1996

Áreas dos empreendimentos em hectares	Proprietário	Parceiro	Arrendatário	Cessionário	Possuidor	Outro
1 ou menos	295.066 (12,6)	116.122 (25,2)	142.048 (40,2)	137.244 (32,4)	42.223 (38,0)	7.223 (19,5)
mais de 1 a 2	217.771 (9,6)	75.191 (16,3)	83.370 (23,6)	90.664 (21,4)	23.960 (21,6)	3.808 (10,3)
mais de 2 a 5	421.862 (18,0)	121.819 (26,4)	57.941 (16,4)	86.962 (20,5)	14.383 (12,9)	12.080 (32,6)
mais de 5 a 10	343.984 (14,7)	52.622 (11,4)	23.911 (6,8)	30.541 (7,2)	8.294 (7,5)	2.034 (5,5)
mais de 10 a 25	489.925 (21,0)	35.563 (7,7)	21.326 (6,0)	28.293 (6,7)	5.685 (5,1)	4.470 (12,1)
mais de 25 a 50	263.459 (11,3)	21.037 (4,6)	10.678 (3,0)	17.773 (4,2)	2.112 (1,9)	2.339 (6,3)
mais de 50 a 100	153.573 (6,6)	22.782 (4,9)	3.221 (0,9)	16.052 (3,8)	6.343 (5,7)	3.437 (9,3)
mais de 100	151.649 (6,5)	16.536 (3,6)	11.083 (3,1)	15.949 (3,7)	8.120 (7,3)	1.641 (4,4)
TOTAL	2.337.289 (100,0)	461.672 (100,0)	353.578 (100,0)	423.478 (100,0)	111.120 (100,0)	37.032 (100,0)

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses

Letras (ICHL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP 36036-330; ou ao e-mail: jalcides@iclh.ufjf.br.

⁸ FIGUEIREDO SANTOS. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright; FIGUEIREDO SANTOS. Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil.

Introdução

¹ WRIGHT. A framework of class analysis in the marxist tradition; e *Interrogating inequality*: essays on class analysis, socialism and marxism, p. 248.

² PAKULSKI; WALTERS. *The death of class*.

³ MARSHALL. *Repositioning class*: social inequality in industrial societies, p. 1-30.

⁴ EDGEELL. *Class*; BREEN; ROTTMAN. *Class stratification*: a comparative perspective; DEVINE. *Social class in America and Britain*; CROMPTON. *Class and stratification*: an introduction to current debates.

⁵ SAVAGE. *Class analysis and social transformation*, p. 19-20.

⁶ FIGUEIREDO SANTOS. *Questão de classe*: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje.

⁷ WRIGHT. The continuing relevance of class analysis.

⁸ WRIGHT; LEVINE; SOBER. *Reconstruindo o marxismo*: ensaios sobre a explicação e teoria da história, p. 233-245.

⁹ WRIGHT. Reflections on classes, p. 71.

¹⁰ WRIGHT. *Class counts*: comparative studies in class analysis, p. 546.

¹¹ WRIGHT. *Interrogating inequality*: essays on class analysis, socialism and marxism, p. 181-191.

¹² Ver WRIGHT. Reflections on classes, p. 57-59; BHASKAR. *Dialectic: the pulse of freedom*; BHASKAR. Verbetes: ciência, realismo e teoria do conhecimento; BHASKAR. Verbetes: realismo, naturalismo, empirismo, teoria do conhecimento, filosofia da ciência social e determinismo.

¹³ Sobre as restrições à filosofia dialética ver WRIGHT; LEVINE; SOBER. *Reconstruindo o marxismo*: ensaios sobre a explicação e a teoria da história, p. 21-24; e, a respeito da sua afinidade com a filosofia de Bhaskar, ver WRIGHT. Reflections on classes, p. 49-77 e WRIGHT. *Interview with Erik Olin Wright by Mark Kirby*, p. 15.

¹⁴ BURAWOY; WRIGHT. Sociological marxism, p. 15.

¹⁵ CROMPTON. *Class and stratification*: an introduction to current debates, p. 114-115.

Capítulo I - O esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright

¹ Trata-se de "The comparative project on class structure and class consciousness", elaborado e dinamizado por Erik Wright. Foram realizadas pesquisas vinculadas ao projeto nos EUA, Suécia, Grã-Bretanha, Canadá, Noruega, Austrália, Dinamarca, Japão, Nova Zelândia, Alemanha Ocidental, Rússia, Coreia do Sul, Espanha, Taiwan e Portugal. Ver WRIGHT. *The comparative project on class structure and class consciousness*: an overview; e *Class counts*: comparative studies in class analysis.

² WRIGHT. Varieties of marxist conceptions of class structure, p. 328-333; e *Classe, crise e o Estado*, p. 57-81.

³ WRIGHT et al. The american class structure.

⁴ Conjugando a teoria marxista com a metodologia da economia neoclássica, o economista John Roemer baseia as suas refutações e proposições teóricas em um processo eminentemente hipotético-dedutivo, recorrendo a demonstrações lógico-matemáticas dos modelos e teoremas formulados.

⁵ ROEMER. *Valores, exploração y clase*, p. 35-41; ROEMER. New directions in the marxian theory of exploitation and class, p. 81-113. O denominado Teorema Marxista Fundamental, demonstrado matematicamente pelo economista japonês Michio Morishima, estabelece que sob condições de equilíbrio, a taxa de lucro é positiva se, e apenas se, a taxa de exploração também for positiva. MAYER. *Analytical marxism*, p. 4-5. Roemer procura demonstrar que, partindo-se da necessidade ou suficiência da exploração do

trabalho para os lucros, não se pode derivar o furo de que a exploração do trabalho *cause* ou *explique* os lucros. Segundo o teorema da exploração generalizada da mercadoria, em uma economia capaz de produzir excedente ou lucros positivos, qualquer bem possui a propriedade de gerar mais valor do que incorpora e de servir de valor numérico.

⁶ ROEMER. *Valor, explotación y clase*, p. 9.

⁷ Ibidem. p. 104, 113 e 123.

⁸ ROEMER. New directions in the marxian theory of exploitation and class, p. 103.

⁹ HOWARD, KING. *A history of marxian economics: 1929-1990*, p. 342-343.

¹⁰ WRIGHT. Exploitation, identity and class structure: a reply to my critics, p. 199.

¹¹ WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 282.

¹² WRIGHT. *Classes*, p. 300.

¹³ WRIGHT. *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*, p. 52-68.

¹⁴ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 541-545; WRIGHT, BAXTER; BIRKELUND. The gender gap in workplace authority: a cross-national study.

¹⁵ WRIGHT. A framework of class analysis in the marxist tradition, p. 30-31. Wright fala de apropriação dos frutos do trabalho, referindo-se apenas à apropriação de um "excedente" que o trabalho produz. A noção não pressupõe que o valor dos produtos é determinado exclusivamente pelo esforço de trabalho, nem que a métrica adequada do excedente é o tempo de trabalho. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 11, nora.

¹⁶ WRIGHT. What is middle about the middle class? p. 139-140.

¹⁷ WRIGHT. Race, class, and income inequality.

¹⁸ WRIGHT, PERRONE. Marxist class categories and income inequality.

¹⁹ WRIGHT. *Classes*, p. 79.

²⁰ WRIGHT. Exploitation, identity and class structure: a reply to my critics, p. 200-201.

²¹ WRIGHT. *Classes*, p. 80, 94.

²² WRIGHT et al. *The debate on classes*.

²³ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 20-23.

²⁴ Ibidem. p. 23.

²⁵ WRIGHT. *Classes*, p. 152.

²⁶ Ibidem. p. 85, 95.

²⁷ MAYER. *Analytical marxism*, p. 132.

²⁸ WESTERN; WRIGHT. The permeability of class boundaries to intergenerational mobility among men in the United States, Canada, Norway and Sweden, p. 624-625.

²⁹ WRIGHT. *Classes*, p. 10.

³⁰ WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 278.

³¹ WRIGHT. Class and occupation, p. 177-178, 190-191.

³² WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 278-279.

³³ WRIGHT. Reflections on classes, p. 59.

³⁴ WRIGHT. *Classes*, p. 144.

³⁵ Ibidem. p. 185-186.

³⁶ WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 323-331.

³⁷ WRIGHT. Women in class structure, p. 41, 62.

³⁸ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 374-279, 401-405.

³⁹ Ibidem. p. 23-25.

⁴⁰ WRIGHT. A general framework for the analysis of class structure, p. 34; WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 306.

⁴¹ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 24-25; WRIGHT. *Classes*, p. 88.

⁴² WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 23-24, 447.

⁴³ Em um estudo sobre a permeabilidade das fronteiras de classe à mobilidade social, por exemplo, adota-se uma tipologia de sete categorias: empregadores, pequena burguesia, gerentes & supervisores especialistas, gerentes & supervisores não especialistas, profissionais, empregados qualificados e trabalhadores. As denominações de categorias ligadas à dimensão de qualificação foram mudadas, pois, nas análises de permeabilidade das fronteiras de classe essa dimensão foi definida de modo mais restrito. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 152-155, 169-202.

⁴⁴ WRIGHT. *Classes*, p. 303-313.

- ⁴⁵ WRIGHT, LEVINE; SOBER. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e a teoria da história*, p. 34.
- ⁴⁶ Idem.
- ⁴⁷ WRIGHT. *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*, p. 92.
- ⁴⁸ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 36.
- ⁴⁹ WRIGHT. *Classes*, p. 251-252.
- ⁵⁰ WRIGHT. *Classes*, p. 244-252, 280, nota.
- ⁵¹ WRIGHT. A framework of class analysis in the marxist tradition.
- ⁵² WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 492-516, 536-540.
- ⁵³ WRIGHT. *Classes*, p. 28, 32.
- ⁵⁴ MAYER. *Analytical marxism*, p. 133.
- ⁵⁵ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 54.
- ⁵⁶ Ibidem. p. 381-382; WRIGHT. *Classes*, p. 145.
- ⁵⁷ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 394-400.
- ⁵⁸ WRIGHT. *Classes*, p. 14, 28-29, 123-124.
- ⁵⁹ WESTERN; WRIGHT. The permeability of class boundaries to intergenerational mobility among men in the United States, Canada, Norway and Sweden. Deve-se esclarecer que as diferenças constatadas nos países nórdicos representam, antes, a variação de um tema do que padrões completamente diferentes. A permeabilidade das fronteiras de classe — seja à mobilidade, ao casamento, às relações de amizade — é moldada mais pelas propriedades da própria estrutura de classes do que pelos processos culturais e políticos.
- ⁶⁰ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 233.
- ⁶¹ Ver, por exemplo, ESPING-ANDERSEN. *The three worlds of welfare capitalism*.
- ⁶² WRIGHT. *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*, p. 88-106.
- ⁶³ LEVY; JOYE. What is Switzerland's stratification like: classes, prestige gradation, professional categories? p. 315, 318.
- ⁶⁴ Renda equivale a um ganho derivado da propriedade de um ativo econômico, que suplanta o seu custo de produção. Wright fala explicitamente que qualificação e perícia designam um ativo incorporado (*embodied*) na força de

trabalho, que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. (WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 23) Cabe observar, no entanto, que os ativos de qualificação dizem respeito a habilidades associadas a posições na divisão do trabalho, já que, inclusive, habilidades dissociadas de posições não teriam eficácia como fatores geradores de exploração e renda. Além disso, ativos de qualificação possuem uma dimensão relacional — expressam e implicam relações sociais —, pois dependem dos ativos dos outros e de todos, não sendo, desse modo, atributos apenas de pessoas.

⁶⁵ SØRENSEN. The basic concepts of stratification research: class, status and power.

⁶⁶ EDGELL. *Class*, p. 22-26. Deve-se ponderar, relembrando a estratégia metodológica de Wright já exposta nesse artigo, que se construíram variáveis “de gradação” tricotômicas, objetivando capturar e representar dicotomias teóricas. As categorias intermediárias ou ambíguas — supervisores e qualificados — concentram as deficiências de mensuração. Com esse procedimento, ao se confrontarem gerentes e trabalhadores ou especialistas e trabalhadores — contraposições de interesse teórico maior — ter-se-ia certeza de estar comparando grupos relativamente bem mensurados.

⁶⁷ WRIGHT. *Classes*, p. 96.

⁶⁸ MAYER. *Analytical marxism*, p. 13.

⁶⁹ Wright alega que Marshall e outros não diferenciavam os problemas de mérito relativo das escolhas operacionais dos problemas de conceitos subjacentes. A noção de autoridade gerencial, presente na sua obra, assemelha-se ao tratamento de Goldthorpe, que é defendido pelos autores. Wright, porém, adotou deliberadamente critérios operacionais “generosos” para definir as localizações gerenciais em função de seu objetivo analítico de criar uma categoria “pura” de classe trabalhadora. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 87.

⁷⁰ MARSHALL et al. *Social class in modern Britain*, p. 38, 59-60, 93-94, 265.

⁷¹ BREEN; ROTTMAN. *Class stratification: a comparative perspective*, p. 65, 69.

⁷² SAVAGE et al. *Property, bureaucracy and culture: middle-class formation in contemporary Britain*, p. 219-229.

⁷³ Ibidem. p. 1-18.

⁷⁴ CROMPTON. *Class and stratification: an introduction to current debates*, p. 114.

⁷⁵ CROMPTON; SANDERSON. *Gendered jobs and social change*, p. 7, 19.

⁷⁶ CROMPTON; MANN. *Gender and stratification*, p. 4.

⁷⁷ A noção de relações de classe *mediatas*, desenvolvida por Wright, permitiria conceber as relações entre classe e gênero sem tratar as duas dimensões como estruturas inteiramente separadas ou dissolver a própria distinção. Ver WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 276-277.

⁷⁸ CROMPTON. *Class and stratification: an introduction to current debates*, p. 94, 100-101.

⁷⁹ CROMPTON; SANDERSON. *Gendered jobs and social change*, p. 43.

⁸⁰ CROMPTON. *Class and stratification: an introduction to current debates*, p. 116.

⁸¹ Ibidem. p. 120.

⁸² CROMPTON. *The fragmentation of class analysis*, p. 65.

⁸³ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 22.

⁸⁴ Ibidem. p. 528.

⁸⁵ Ibidem. p. 20-23, 523.

⁸⁶ Ibidem. p. xxx-xxxi.

Capítulo II - Mapa de posições e segmentos de classe no Brasil de hoje

¹ Como exceção, vale destacar o trabalho de SINGER. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*.

² Na designação de regras e status, ou na imputação de comportamentos alegadamente naturais, as culturas fazem usos variáveis do parentesco, idade, sexo e etnia. Esses traços, presentes ao nascer, influenciam a posição social subsequente do indivíduo. Ver GRUSKY. *The contours of social stratification*; e MARSHALL. *The concise Oxford dictionary of sociology*.

³ WRIGHT. *Class and occupation*.

⁴ WRIGHT. Rethinking, once again, the concept of class structure, p. 323.

⁵ Objetivando realizar a derivação apenas para os membros do domicílio que se agregam de modo significativo à posição de classe no âmbito das relações familiares, foram excluídos do processo de fixação da posição de classe derivada os trabalhadores menores de 18 anos, os que trabalham como não remunerados menos de 30 horas na semana e os moradores que não fazem parte do núcleo familiar (agregado, pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico). Tais critérios evitam, ao mesmo tempo, o "inflacionamento" exagerado e artificial de determinadas posições. Como a PNAD não especifica a que membro do domicílio o não remunerado "ajuda", a derivação foi feita considerando a posição da pessoa de referência do domicílio, desde que fosse empregado agrícola, contra-própria ou empregador, ou seja, tivesse uma posição "atribuível" a um não remunerado do domicílio. Quando a própria pessoa de referência do domicílio era não remunerada (0,2% dos casos) foi derivada para essa a posição do cônjuge ou filho titular da posição-fonte de derivação na situação domiciliar.

⁶ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 142, nota.

⁷ Ibidem. p. 74.

⁸ DUKE; EDGELL. The operationalisation of class in British sociology: theoretical and empirical considerations, p. 453-455; EDGELL. *Class*, p. 49-50.

⁹ MARSHALL; ROBERTS; BURGOWNE. Social class and underclass in Britain and USA, p. 22, 39.

¹⁰ MORRIS; SCOTT. The attenuation of class analysis: some comments on G. Marshall, S. Roberts and C. Burgoyne, "Social class and the underclass in Britain and USA", p. 46-48; SCOTT. *Class analysis: back to the future*, p. 933-934.

¹¹ EDGELL. *Class*, p. 50.

¹² WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. xxv-xxxi.

¹³ Ver, sobre esse ponto: GRAZIANO DA SILVA; GROSSI. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs. (Não é possível fazer o mesmo para a tipologia com os segmentos de classe, pois os dados mais ricos da PNAD dizem respeito apenas aos que trabalham na semana de referência da pesquisa.)

¹⁴ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 23-25.

¹⁵ WESTERN; WRIGHT. The permeability of class boundaries to intergenerational mobility among men in the United States, Canada, Norway and Sweden, p. 608-610.

¹⁶ A drástica redução experimentada por esse segmento, ao se tomar como referência a posição da pessoa de referência da família, não pode ser atribuída ao fato da PNAD agregar à unidade familiar, como uma modalidade de "condição na família", fruto dos laços de dependência doméstica, os empregados domésticos que moram na residência do empregador, pois apenas 10,3% se encontram nessa situação. Os trabalhadores domésticos são principalmente: cônjuges (36,3%), pessoas de referência ou chefes (25,2%) e filhos (22,6%) nas suas próprias unidades familiares.

¹⁷ Observe-se que essa categoria representa uma agregação das categorias originais da PNAD de "contra-própria" e "Trabalhador na produção para o próprio consumo". A categoria de "Trabalhador na construção para o próprio uso" foi considerada como não portadora de uma posição de classe definida e suprimida da tipologia.

¹⁸ MARX; ENGELS. Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista (capítulo primeiro de *A ideologia alemã*), p. 68.

¹⁹ MARX; ENGELS citados por GANDY. *Marx e a história*, p. 111.

²⁰ STEINMETZ; WRIGHT. *Reply to Linder and Houghton*, p. 745.

²¹ KALLEBERG; GRIFFIN. Class, occupation and inequality in job rewards, p. 763-765.

²² SCOTT. Class and stratification, p. 52-53.

²³ SCOTT. *Corporate business: comparative perspectives*; DEVINE. *Social class in America and Britain*, p. 106-116.

²⁴ WRIGHT. *Classes*, p. 150-151.

²⁵ As PNADs de 1989 em diante permitem estabelecer, ainda que de forma limitada, uma diferenciação entre os empregadores em termos do número de pessoas empregadas no empreendimento. A partir da PNAD de 1992, foram delimitadas as faixas de 1, 2, 3-5, 6-10, 11 e mais empregados. No tocante aos empregadores do setor agropecuário, quantificam-se separadamente os empregados permanentes e temporários. Tipificam-se como capitalistas os empregadores não agrícolas que ocupam 11 ou mais empregados no estabelecimento, os empregadores agrícolas que empregam 11 ou mais empregados permanentes, e os empregadores agrícolas que empregam simultaneamente de 6 a 10 empregados permanentes e 6 ou mais empregados temporários. Nesse último caso de empregadores agrícolas, considera-se a quantidade de empregados temporários na formação do corte de 11 empregados ou mais, levando-se em conta, inclusive, a existência de uma categoria aberta (11 ou mais) que pode abarcar empregadores de grande número de empregados temporários. Ao fornecer dados sobre as áreas dos empreendimentos, a PNAD

permite mensurar, de modo mais apropriado, a quantidade de ativos controlada no setor agrícola. Entretanto, julgou-se mais adequado manter a homogeneidade de critério baseado no número de empregados, para caracterizar também os capitalistas em empreendimentos agrícolas.

²⁶ Conforme critérios operacionais semelhantes, os capitalistas são 0,7% na Suécia, 0,8% na Noruega, 1% no Canadá, 1,6% no Japão, 1,8% nos EUA e 2,1% na Inglaterra. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 47.

²⁷ Nesse trabalho secundário, apresentam-se como empregadores (65,3%) — empreendimento secundário de que são titulares ou sócios —, contábeis próprias (17,8%) ou empregados (14,6%). A PNAD não levanta dados sobre a existência de sócios no trabalho para os empregadores com 11 empregados ou mais, ou seja, os capitalistas.

²⁸ Foi construída para a investigação uma tipologia de setores econômicos, baseada em Browning e Singelmann, mas com várias alterações nos subsectores devido à necessidade de captar diferenciações importantes para o Brasil e às especificidades dos agrupamentos de atividades econômicas próprias da PNAD. As diversas alterações de especificações e acréscimos nos subsectores não alteram a concepção de seis grandes setores: indústria extrativa, indústria transformadora, serviços distributivos, serviços produtivos, serviços sociais e serviços pessoais.

²⁹ IBGE. *Censo agropecuário 1995-1996*, p. 38.

³⁰ Entre os censos de 1970 e de 1995/96, o índice de Gini sobe de 0,844 para 0,857; o índice de Atkinson de 0,840 para 0,867; e o dual do T de Theil de 0,897 para 0,905. HOFFMANN. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 1995/96*, p. 2-3.

³¹ HOFFMANN. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 1995/96*; HOFFMANN; GRAZIANO DA SILVA. *O censo agropecuário de 1995/96 e a distribuição da posse da terra no Brasil*.

³² Os grandes proprietários fundiários que possuem 11 empregados ou mais encontram-se classificados como "capitalistas", conforme o critério operacional adotado na constituição da categoria. Cálculos baseados nos dados do censo agropecuário de 1995/96 revelam que os estabelecimentos com 1000 hectares ou mais possuem, em média, 11 empregados permanentes, excluindo-se desse cômputo os 15% de estabelecimentos sem pessoal contratado na data de referência do levantamento. Além disso, 50% dos grandes estabelecimentos em questão possuíam trabalhadores realizando serviços contratados através de empreiteiros, que não são computados como pessoal ocupado. Observe-se também que os dados do censo agropecuário se

referem ao número de estabelecimentos e não ao efetivo de proprietários. IBGE. *Censo agropecuário 1995-1996*, p. 68, 76-79.

³³ HOFFMANN. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 1995/96*.

³⁴ Além de ser uma amostra de domicílios e excluir as grandes extensões territoriais da Região Norte do país, o foco da PNAD se mantém na exploração das "características do trabalho", mesmo ao levantar dados sobre os empreendimentos. A PNAD exclui a zona rural da Região Norte e os dados parecem se limitar às "áreas das terras que compunham o empreendimento" em que se *trabalhou na semana de referência do levantamento*. Propriedades ou áreas não exploradas na semana de referência, que não compõem o empreendimento, estariam fora do levantamento. Esta conclusão se depreende do encadeamento dos itens 9-1, 9-5, 9-7, 9-8, 9-15 e do modo explícito de formular a questão do item 9-15 do questionário da PNAD: "Qual era a área do empreendimento em que (...) tinha esse trabalho?" O foco do levantamento é o *empreendimento em que se produz e trabalha*. Uma análise do grau de concentração da apropriação da terra deveria recorrer aos resultados do censo agropecuário de 1995-1996.

³⁵ Em termos indicativos, enquanto a venda da produção para empresas e cooperativas caracteriza uma integração direta com os complexos agroindustriais, a comercialização com o governo, intermediários particulares, proprietário de bem utilizado no empreendimento, consumidor direto e outro comprador não especificado, caracteriza uma não integração direta.

³⁶ GRAZIANO DA SILVA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, p. 1-40.

³⁷ O local estabelecido ou de funcionamento do empreendimento representa, naturalmente, um indicador indireto e impreciso de capital físico sob a forma de instalações. A PNAD não levanta dados mais adequados que retratem o grau de capitalização do empreendimento.

³⁸ Desde que não empreguem simultaneamente de 6 a 10 empregados permanentes e 6 ou mais empregados temporários, pois seriam, então, considerados capitalistas. Na diferenciação dos empregadores agrícolas, recorreu-se ao número de empregados permanentes, considerando-se que essa informação expressa melhor o porte do empreendimento e representa um dado mais homogêneo, pois os efetivos de empregados temporários são mais flutuantes e menos comparáveis entre si, na ausência de uma fórmula de padronização dos dados, como homens-mês ou homens-dia.

³⁹ A análise das transformações na estrutura de posições de classe detectou um processo de incorporação, notadamente dos cônjuges, ao empreendimento familiar. Parte desses sócios pode ser fruto do cômputo dos cônjuges e demais membros da família, que exercem um trabalho remunerado no empreendimento.

⁴⁰ Enquanto a renda média do trabalho principal dos pequenos empregadores mais capitalizados é de 2.081 reais, a renda dos menos capitalizados é de 1.136 reais (Ver Tabela 5.1 no Capítulo V).

⁴¹ Nesse trabalho secundário são empregadores (47,3%), empregados (27,5%) ou contra-próprios (21,6%).

⁴² No trabalho secundário aparecem como conta-próprias (36,7%), empregados (29,8%) ou empregadores (25,95).

⁴³ Possuem uma distribuição mais próxima do conjunto das posições de classe constituídas, que em 78,3% dos casos estão em setores não agrícolas e 21,7% no setor agrícola.

⁴⁴ STEINMETZ; WRIGHT. Reply to Linder and Houghton, p. 339.

⁴⁵ Aplica-se a qualificação de "capitalizados" a esse segmento de auto-empregados não agrícolas, no sentido de distinguir e caracterizar a posse de suficientes ativos de capital para trabalhar para si, ainda que não para contratar trabalhadores assalariados.

⁴⁶ STEINMETZ; WRIGHT. The fall and rise of the petty bourgeoisie: changing patterns of self-employment in the postwar United States, p. 980.

⁴⁷ As atividades de costureiras, sapateiros e similares, não realizadas diretamente em fábricas, que formam um subsetor diferenciado e não totalmente homogêneo de atividades econômicas na PNAD, foram classificadas na indústria transformativa, devido à sua natureza "transformativa" — criadora ou reparadora de valores de usos — e à importante presença do trabalho industrial subcontratado em domicílio nessas atividades.

⁴⁸ Os rendimentos não oriundos do trabalho, apurados pela PNAD, consistem em rendimentos de pensão alimentícia ou de fundo de pensão, abono de permanência, aluguel, doação recebida de não morador, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos quaisquer.

⁴⁹ GRAZIANO DA SILVA. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, p. 149-150.

⁵⁰ GRAZIANO DA SILVA. Evolução do emprego rural na década de oitenta.

⁵¹ Na área agrícola, os pequenos empregadores menos capitalizados são formados pelos microempregadores que contratam de zero a dois empregados permanentes. Os que não possuem empregados permanentes são empregadores por contratarem empregados temporários.

⁵² WRIGHT. *Classes*, p. 151.

⁵³ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 20-23.

⁵⁴ A PNAD não permite separar as categorias de gerente e supervisor devido a dois importantes grupos ocupacionais, que misturam posições superiores de gerência com funções de primeira linha de supervisão. São eles o agrupamento ocupacional 021, relativo ao serviço público, e o 035, que abarca posições na atividade de comércio.

⁵⁵ As instruções contidas no *Manual do entrevistador* fundamentam essa avaliação. A PNAD levanta a ocupação, entendida como o cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exerce. A ocupação não é confundida com a formação profissional e apura-se o cargo em exercício real pela pessoa. Um economista, por formação profissional, que exerce a ocupação de gerente de vendas, é registrado pelo cargo gerencial. Um pesquisador de órgão federal, cedido para outro órgão, em que exerce cargo comissionado de chefe de departamento, é registrado pelo cargo gerencial de chefe de departamento. Os exemplos citados foram tirados do próprio manual do IBGE. *Manual do entrevistador - PNAD 1996*, p. 157-159.

⁵⁶ Na tipologia desenvolvida de 12 localizações de classe, aplicando a metodologia e soluções operacionais propostas por Wright, os gerentes (de gerentes especialistas a não qualificados) representam 12,0% nos EUA, 9,6% na Suécia, 12,4% na Noruega, 11,7% no Canadá, 11,9% no Reino Unido e 11,5% no Japão. Já os supervisores (de especialistas a não qualificados) são 16,6% nos EUA, 10,5% na Suécia, 10,9% na Noruega, 10,8% no Canadá, 11,9% no Reino Unido e 9,7% no Japão. Ver WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 47. Ao perseguir o objetivo de construir uma categoria "pura" de classe trabalhadora (nesse caso, trabalhadores sem nenhum exercício de autoridade). Wright acaba por "inflar" as posições de autoridade na sua tipologia. Isso não quer dizer que os problemas metodológicos de comparabilidade tenham especialmente tal origem.

⁵⁷ Note-se que a PNAD fala de "ocupados" e não de "empregados", o que inclui o próprio empregador e seus sócios; por isso, o menor registro é de duas pessoas ocupadas. Dois ocupados equivalem a apenas um empregado no empreendimento. Existem 1,6% de gerentes credenciados e 3,9% de não credenciados, em empreendimentos com apenas dois ocupados. Nesse caso, não seriam tipicamente gerentes/supervisores na aceção de Wright, pois não se engajam em práticas de dominação nem exercem autoridade sobre pessoas, somente administram o negócio.

⁵⁸ Considerando os dados da PNAD de 1996, a renda média no trabalho principal dos gerentes/supervisores não credenciados era de 883 reais, contra 789 reais dos trabalhadores não manuais mais graduados e 731 reais dos trabalhadores qualificados (Ver Tabela 5.1 no Capítulo V). Esta informação serve aqui para indicar que apenas uma parte desse agrupamento pode ser considerada representativa de posições de classe média entre os empregados.

⁵⁹ Aplicou-se como critério de "filtro" a posse de onze anos ou mais de estudo, visando excluir da posição de especialistas os casos dissonantes, classificados nos grupos ocupacionais. Os que foram filtrados correspondem a 3,8% dos casos na PNAD de 1996.

⁶⁰ GIDDENS. *As consequências da modernidade*, p. 35.

⁶¹ FREIDSON. *Professional powers: a study of the institutionalization of formal knowledge*.

⁶² WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 23.

⁶³ O setor público na PNAD compreende as áreas federal, estadual e municipal, abrangendo, além da administração direta, as fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista.

⁶⁴ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 447.

⁶⁵ Este problema está localizado em dois grupos ocupacionais. Um grupo dos mais importantes, de número 021, que retrata as hierarquias gerenciais no serviço público, mistura superintendente, secretário geral etc., com chefes de divisão e assemelhados. O grupo 032, no comércio, funde agente e supervisor de compras com diretor, presidente e superintendente.

⁶⁶ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 22-23.

⁶⁷ Wright inclui entre os trabalhadores qualificados os trabalhadores de escritório e de vendas, com curso superior e cujos empregos possuem real autonomia. Ver WRIGHT. *Class counts*, p. 153, 304-307. Este critério não é seguido aqui, inclusive pela ausência de um indicador de autonomia no emprego. Esses grupos ocupacionais foram tratados como parte dos trabalhadores não manuais mais graduados. Entre os trabalhadores qualificados, aplicou-se como critério de "filtro" a posse de cinco anos ou mais de estudo, visando excluir casos dissonantes classificados nos grupos ocupacionais. Este critério fez com que fossem filtrados e reclassificados 11,9% dos casos. Incluíram-se, entre os trabalhadores qualificados, os casos dissonantes de classificação de especialistas por título ou grupo ocupacional, que foram "filtrados" por terem menos de onze anos de estudo completos.

⁶⁸ Estudos sobre mobilidade social no Brasil demonstram o isolamento dos estratos rurais e a existência de uma fratura profunda na estrutura social, localizada na fronteira trabalho manual/não manual. SCALON. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*, p. 106. A tipologia aplicada aqui não está construída sobre essa linha divisória, mas incorpora tais fatores na segmentação ocupacional dos trabalhadores.

⁶⁹ Cabe registrar que os dados da tipologia segmentada expressam a posição dos ocupados na última semana de setembro, que representa a semana de

referência do levantamento da PNAD e coincide com o período de entressafra nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Ver GRAZIANO DA SILVA; GROSSI. A mudança no conceito de trabalho nas novas PNADs, p. 7.

⁷⁰ Incluíram-se, entre os trabalhadores não manuais de rotina, os casos dissonantes de classificação de trabalhadores qualificados por título ou grupo ocupacional, que foram "filtrados" devido ao fato de estarem abaixo de cinco anos de estudo e cujo perfil de trabalho se aproxima deste segmento ocupacional.

⁷¹ COSTA. *Trabalho docente e profissionalismo*: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professores e professoras de classes populares, p. 207-208. Uma tipologia de nove estratos sociais utilizada em um estudo de mobilidade social no Brasil, com base nos dados da PNAD, classifica não apenas os professores primários, como foi feito aqui, mas também os professores de ensino profissionalizante e de cursos livres na categoria "não manual de rotina". SCALON. *Mobilidade social no Brasil*: padrões e tendências, p. 185-186.

⁷² PANPLONA FILHO; VILATORE. *Direito do trabalho doméstico*.

⁷³ GOTTDIENER. *A produção social do espaço urbano*.

⁷⁴ CANO. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/1995.

⁷⁵ DINIZ; CROCCO. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira.

⁷⁶ KON. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*.

⁷⁷ MATTEL. *A evolução do emprego agrícola no Brasil*, p. 69-71.

⁷⁸ A área rural da Região Norte, no entanto, abarca apenas 2,5% da população do país. KON. *Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil*, p. 83, nota.

⁷⁹ CROMPTON. *Class and stratification*: an introduction to current debates, p. 190.

⁸⁰ MARSHALL. *The concise Oxford dictionary of sociology*, p. 434-435.

⁸¹ WRIGHT. Race, class and income inequality.

⁸² SILVA. A situação social da população negra, p. 188.

⁸³ LOVEL. *Raça, classe, gênero e discriminação racial no Brasil contemporâneo*, p. 90-91.

⁸⁴ O efeito da discriminação é calculado como a diferença entre a média esperada do grupo na ausência de discriminação e a média realmente observada para esse grupo. SILVA. A situação social da população negra, p. 188.

⁸⁵ SILVA. A situação social da população negra.

⁸⁶ O peso da população de origem indígena está um pouco subestimado, pois a PNAD não é aplicada na zona rural da Região Norte.

⁸⁷ WRIGHT. *Class counts*: comparative studies in class analysis, p. 242-248.

⁸⁸ CROMPTON; MANN. *Gender and stratification*, p. 4.

⁸⁹ BRUSCHINI. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes.

⁹⁰ LAVINAS. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete.

⁹¹ POSTHUMA; LOMBARDI. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina.

⁹² A derivação das posições dos não remunerados membros do domicílio, em que as mulheres são 61,5%, incrementa a participação feminina nas posições de controladores de ativos de capital, mas não chega a alterar a supremacia masculina. Sem a derivação, os homens são 80,5% entre os capitalistas e totalizam igualmente a frequência de 78,6% entre os pequenos empregadores mais capitalizados, os pequenos empregadores menos capitalizados e os autômpregados capitalizados.

⁹³ A categoria de trabalhador excedente corresponde às pessoas sem posição de classe assinalada, mas que estão procurando emprego. No critério de procura de emprego foi utilizado o período de referência de dois meses. O questionário de base da PNAD tem questões sobre os que estão procurando trabalho na semana do levantamento, no mês atual e no mês anterior. Foram considerados trabalhadores excedentes (desempregados) os que procuram trabalho no conjunto do período.

⁹⁴ Tendo em vista o caráter dicotômico da diferenciação estabelecida entre os proprietários de ativos de capital, agregou-se à pequena burguesia o conjunto dos pequenos empregadores menos capitalizados.

⁹⁵ MARX. O capital, p. 155.

⁹⁶ CACCIAMALI. Flexibilidade e micro e pequenas empresas.

⁹⁷ SINGER. *Dominação e desigualdade*: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil, p. 126-128.

⁹⁸ WRIGHT. *Class counts*: comparative studies in class analysis, p. 447, nota. Como não foi possível distinguir originalmente a categoria de supervisores qualificados, os gerentes/supervisores não credenciados foram divididos segundo os anos de estudo. Considerou-se como posição de classe média os gerentes/supervisores que possuem de nove a catorze anos de estudo completos, o que corresponde a 59% da categoria original. Neste caso, o critério de qualificação (anos de estudo) está sendo combinado não só com a condição de supervisor, mas também com a de gerente.

⁹⁹ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 53.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 80-87.

¹⁰¹ Confrontando com a operacionalização complexa de Wright, apenas 67,1% dos gerentes e 85,7% dos supervisores possuem essa posição na hierarquia formal da empresa. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 89.

¹⁰² A solução mais restritiva aplicada aqui aproxima-se daquela adotada por Wright nos estudos de mobilidade social, em que são consideradas essencialmente as ocupações que exigem curso superior. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 152-155.

¹⁰³ DEVINE. *Social class in America and Britain*, p. 163-188.

¹⁰⁴ Esta diferenciação entre os empregados não manuais de rotina foi introduzida visando delimitar um conjunto de ocupações de baixas qualificações, largamente ocupadas por mulheres, que possuem muito pouca diferença em termos de relações e condições de emprego dos trabalhadores manuais semi ou não qualificados. GOLDTHORPE; PAYNE. *On the class mobility of women: results from different approaches to the analysis of recent British data*, p. 533.

¹⁰⁵ ERIKSON; GOLDTHORPE. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*, p. 35-47.

¹⁰⁶ Reforçam essa opção a percepção das implicações dissonantes para a interpretação substantiva entre as distintas escolhas operacionais e as limitações dos dados ocupacionais derivados da PNAD.

¹⁰⁷ Esta solução operacional apóia-se no pressuposto teórico da congruência entre a estrutura de posições de classe e de repartição de renda, já considerado em SINGER. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Passam a ser considerados como parte da classe média assalariada ampliada os grupos ocupacionais existentes entre os trabalhadores qualificados e os trabalhadores não manuais mais graduados, que possuem renda média superior à média prevalecente para a respectiva categoria. Tal solução não é incompatível com o esquema de Wright, pois a categoria de trabalhador qualificado é formada de situações intermediárias e ambíguas de controle de ativos de qualificação. Parte da categoria de não manual mais graduado equivale, na tipologia original do autor, ao trabalhador qualificado em ocupações administrativas e de comércio. Está-se-lhe basicamente usando uma estratégia mais "expansiva" de mensuração. Conforme os dados da PNAD de 1996, os trabalhadores qualificados têm renda média de todos os trabalhos de 784 reais e 43,7% estão acima desse patamar. Nesta situação estão os grupos ocupacionais da PNAD de número 50, 11, 131, 153, 154, 165,

204, 213, 242, 243, 302, 401, 403, 404, 405, 406, 509, 571, 588, 641, 644 e 834. Os trabalhadores não manuais mais graduados possuem renda média de todos os trabalhos de 901 reais e 59% ultrapassam tal valor. Enquadram-se nessa situação os grupos ocupacionais 52, 53, 646, 712, 817 e 865.

¹⁰⁸ SAVAGE et al. *Property, bureaucracy and culture: middle-class formation in contemporary Britain*, p. 58-79.

¹⁰⁹ CROMPTON. *Class and stratification: an introduction to current debates*, p. 196.

¹¹⁰ Ibidem. p. 202-205.

¹¹¹ QUADROS. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média.

¹¹² SINGER. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, p. 31.

¹¹³ SILVA; CHINELLI. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil.

¹¹⁴ Além de refletir a especificidade da realidade social existente no Brasil, cabe ponderar que a PNAD, devido à ampliação do conceito de trabalho no questionário aplicado de 1992 em diante, capta de forma mais ampla as situações de trabalho encontradas no pólo mais marginalizado da sociedade.

¹¹⁵ BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, p. 40.

¹¹⁶ WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 530.

¹¹⁷ Enquanto o conjunto dos auto-empregados descapitalizados, com renda positiva no trabalho principal — excluem-se do cálculo aqueles que têm renda zero, como os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os não remunerados, cujas posições foram derivadas —, possui renda média de 338 reais, próxima da classe trabalhadora ampliada, a pequena parcela de auto-empregados qualificados, conforme o grupo ocupacional, que soma 4,5% do segmento, tem renda média de 593 reais.

¹¹⁸ Entre os auto-empregados descapitalizados, os grupos ocupacionais da PNAD que representariam essas situações são: o de "comércio (diversos tipos) conta-própria" (código de ocupação 601, com incidência de 9,4% e renda média de 417 reais), realizado em 86,3% dos casos no próprio domicílio e 8% no domicílio do sócio; o "provedor de serviços de lazer" (código ocupacional 852, com incidência de 0,8% e renda média de 793 reais), realizado em 61,2% dos casos no próprio domicílio e em 12,5% no domicílio do sócio. Ambos perfazem 10,2% e possuem renda média superior à do conjunto do segmento de auto-empregados descapitalizados.

- 119 SOUZA. *O que são empregos e salários*, p. 39.
- 120 SOUZA. *Emprego, salários e pobreza*, p. 33-34, 42-43.
- 121 EDGELL. *Class*, p. 64.
- 122 STEINMETZ; WRIGHT. The fall and rise of the petty bourgeoisie: changing patterns of self-employment in the postwar United States, p. 1.007.
- 123 BALTAR. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil, p. 96.
- 124 SINGER. *Economia política do trabalho*, p. 79-85.
- 125 PRANDI. *O trabalhador por conta própria sob o capital*, p. 47-53.
- 126 MINGIONE. *Fragmented societies: a sociology of economic life beyond the market paradigm*, p. 424-453.
- 127 PORTES; SCHAUFFLER. Competing perspectives on the Latin American informal sector, p. 45-53.
- 128 CASTELLS; PORTES. World underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy, p. 11-37.
- 129 HUGON. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho, p. 36, 54.
- 130 SINGER. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, p. 64.
- 131 ALMEIDA; MENDONÇA. A pequena produção: uma visão unificada.
- 132 CACCIAMALI. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda, p. 126-128.
- 133 Wright fala de apropriação dos frutos do trabalho referindo-se apenas à apropriação de um "excedente" que o trabalho produz. A noção não pressupõe que o valor dos produtos é determinado exclusivamente pelo esforço de trabalho, nem que a métrica adequada do excedente é o tempo de trabalho. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 11, nota.
- 134 WRIGHT. *Classes*, p. 74-75. A noção de opressão econômica se aplica apenas aos trabalhadores contrangidos pelas formas mais dramáticas de exclusão econômico-social: os desempregados disfarçados e os trabalhadores na produção do próprio consumo. Falar de assalariados disfarçados implica em reconhecer a vigência de exploração econômica e de apropriação dos frutos do trabalho por um agente explorador. Além disso, parcela significativa dos trabalhadores inseridos em formas de auto-emprego precárias, ainda que trabalhem mais, sem benefícios indiretos e proteções sociais, e em um quadro de maior insegurança, possuem renda próxima dos trabalhadores assalariados manuais.
- 135 Os principais ativos econômicos, entendidos como recursos produtivos geradores de renda, são: terra, capital, qualificações, informação e a própria força de trabalho. WRIGHT. The continuing relevance of class analysis, p. 699.
- 136 WRIGHT. *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*, p. 48.
- 137 SINGER. *Economia política do trabalho*, p. 87-95. Na interpretação de Singer a "origem" do setor se reportaria à existência de um excedente de força de trabalho e de terra agricultável e sua "existência contínua" se explica pela disponibilidade de força de trabalho e terra isoladas, social e fisicamente, do grande mercado nacional. O setor representa uma espécie de reservatório de fatores — terra e trabalho — para a economia capitalista. Esta noção de isolamento não se aplicaria mais à realidade atual. É bom lembrar, no entanto, que o trabalho original do autor é do início dos anos setenta. No final da análise, o autor descortina os efeitos de uma modernização excludente.
- 138 KAGEYAMA. O subemprego agrícola nos anos 90.
- 139 GRAZIANO DA SILVA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*; MATTEI. *A evolução do emprego agrícola no Brasil*.
- 140 Essa categoria de posição na ocupação consiste, segundo a PNAD, da "pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação e de pelo menos um membro da unidade domiciliar". Note-se que, na análise, essa posição diz respeito ao trabalho principal na semana de referência e não de uma atividade secundária. Como já foi assinalado, essa categoria praticamente não tem renda de espécie alguma, pois, inclusive caso tivesse renda em produtos, teria sido considerada conta-própria agrícola pela PNAD.
- 141 GRAZIANO DA SILVA. *O novo rural brasileiro*, p. 22.
- 142 Os estudos comparativos de Wright delimitam como "capitalistas" os empreendimentos com 10 ou mais empregados, o que é praticamente similar ao critério aplicado aqui, de 11 ou mais empregados. Com essa configuração, os capitalistas formam 1,8% das posições dos indivíduos nos Estados Unidos, 0,7% na Suécia, 0,8% na Noruega, 1,0% no Canadá, 2,1% no Reino Unido e 1,6% no Japão. WRIGHT. *Class counts: comparative studies in class analysis*, p. 47. Nesse ponto, então, os resultados seriam mais comparáveis ao presente trabalho, que registra frequências de apenas 0,5% dos indivíduos e 0,7% das pessoas de referência da família.
- 143 PORTES. *Latin American class structures*, p. 9-10.

¹⁴⁴ Além disso, a PNAD não capta adequadamente os capitalistas e proprietários de terras puramente "rendistas", que se dissociaram completamente de quaisquer atividades produtivas diretas, devido particularmente à submensuração das modalidades de rendas não oriundas do trabalho que expressariam essa condição.

¹⁴⁵ SINGER. *Dominação e desigualdade*: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil, p. 126-127.

¹⁴⁶ INFANTE; KLEIN. Mercado latinoamericano del trabajo en 1950-1990, p. 138.

Capítulo III - Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil

¹ CHESNAIS. *A mundialização do capital*, CHESNAIS. *A mundialização financeira*: gênese, custos e riscos.

² PLIHON. O que está em causa na globalização financeira.

³ GONÇALVES. *Óbste-ulas*: a nova inserção do Brasil na economia mundial.

⁴ GONÇALVES. *Globalização e desnacionalização*.

⁵ MATTOSO. *O Brasil desempregado*, p. 26-28.

⁶ TAVARES. A economia política do real.

⁷ INFANTE; KLEIN. Mercado latinoamericano del trabajo en 1950-1990; INFANTE. Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste.

⁸ ABRAMO. Novas tecnologias, difusão setorial, emprego e trabalho no Brasil: um balanço; CASTRO. Trabalho e organização industrial num contexto de crise e reestruturação produtiva.

⁹ CARVALHO; BERNARDES. Reestruturação industrial, produtividade e desemprego; BONELLI. Produtividade industrial nos anos 90: contravésias e quase-fatos; SALM; SABÓIA; CARVALHO. Produtividade na indústria brasileira: uma contribuição ao debate; COUTINHO. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização.

¹⁰ NEGRÍ. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*.

¹¹ CACCIAMALI. Flexibilidade e micro e pequenas empresas.

¹² DEDECCA; MONTAGNER. *Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho*: considerações sobre o caso brasileiro, p. 16-27.

¹³ GITAHY. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho.

¹⁴ CARUSO; PERO. Empregabilidade e reconversão profissional: trabalhadores desligados da indústria.

¹⁵ FERNANDES. Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários.

¹⁶ BARROS; ROSANE. Flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica.

¹⁷ BARROS et al. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro.

¹⁸ LESSA et al. Pobreza e política social: exclusão nos anos 90.

¹⁹ POCHMANN. *O trabalho sob fogo cruzado*.

²⁰ POCHMANN. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu, p. 73.

²¹ MATTOSO. *O Brasil desempregado*, p. 13-14.

²² MONTAGNER; BRANDÃO. Recensão e racionalização produtiva: implicações para o mercado de trabalho.

²³ CARDOSO. *Trabalhar, verbo transitivo*: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.

²⁴ SINGER. O plano real: continuidade e ruptura.

²⁵ QUADROS. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média.

²⁶ SILVA; CHINELLI. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil.

²⁷ MELO et al. O setor de serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95.

²⁸ BARROS; ROSANE. *A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor de serviços*.

²⁹ LAVINAS. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete.

³⁰ DELUIZ. Reestruturação produtiva e o futuro do trabalho no setor de serviços.

³¹ CERQUEIRA; ARMORIM. Evolução e características do emprego no setor bancário.